

Vol 6 Issue 11 August 2017

ISSN No : 2249-894X

*Monthly Multidisciplinary
Research Journal*

*Review Of
Research Journal*

Chief Editors

Ashok Yakkaldevi
A R Burla College, India

Ecaterina Patrascu
Spiru Haret University, Bucharest

Kamani Perera
Regional Centre For Strategic Studies,
Sri Lanka

Review Of Research Journal is a multidisciplinary research journal, published monthly in English, Hindi & Marathi Language. All research papers submitted to the journal will be double - blind peer reviewed referred by members of the editorial Board readers will include investigator in universities, research institutes government and industry with research interest in the general subjects.

Regional Editor

Manichander Thammishetty
Ph.d Research Scholar, Faculty of Education IASE, Osmania University, Hyderabad.

Advisory Board

Kamani Perera Regional Centre For Strategic Studies, Sri Lanka	Delia Serbescu Spiru Haret University, Bucharest, Romania	Mabel Miao Center for China and Globalization, China
Ecaterina Patrascu Spiru Haret University, Bucharest	Xiaohua Yang University of San Francisco, San Francisco	Ruth Wolf University Walla, Israel
Fabricio Moraes de Almeida Federal University of Rondonia, Brazil	Karina Xavier Massachusetts Institute of Technology (MIT), USA	Jie Hao University of Sydney, Australia
Anna Maria Constantinovici AL. I. Cuza University, Romania	May Hongmei Gao Kennesaw State University, USA	Pei-Shan Kao Andrea University of Essex, United Kingdom
Romona Mihaila Spiru Haret University, Romania	Marc Fetscherin Rollins College, USA	Loredana Bosca Spiru Haret University, Romania
	Liu Chen Beijing Foreign Studies University, China	Ilie Pintea Spiru Haret University, Romania
Mahdi Moharrampour Islamic Azad University buinzahra Branch, Qazvin, Iran	Nimita Khanna Director, Isara Institute of Management, New Delhi	Govind P. Shinde Bharati Vidyapeeth School of Distance Education Center, Navi Mumbai
Titus Pop PhD, Partium Christian University, Oradea, Romania	Salve R. N. Department of Sociology, Shivaji University, Kolhapur	Sonal Singh Vikram University, Ujjain
J. K. VIJAYAKUMAR King Abdullah University of Science & Technology, Saudi Arabia.	P. Malyadri Government Degree College, Tandur, A.P.	Jayashree Patil-Dake MBA Department of Badruka College Commerce and Arts Post Graduate Centre (BCCAPGC), Kachiguda, Hyderabad
George - Calin SERITAN Postdoctoral Researcher Faculty of Philosophy and Socio-Political Sciences Al. I. Cuza University, Iasi	S. D. Sindkhedkar PSGVP Mandal's Arts, Science and Commerce College, Shahada [M.S.]	Maj. Dr. S. Bakhtiar Choudhary Director, Hyderabad AP India.
REZA KAFIPOUR Shiraz University of Medical Sciences Shiraz, Iran	Anurag Misra DBS College, Kanpur	AR. SARAVANAKUMARALAGAPPA UNIVERSITY, KARAIKUDI, TN
Rajendra Shendge Director, B.C.U.D. Solapur University, Solapur	C. D. Balaji Panimalar Engineering College, Chennai	V.MAHALAKSHMI Dean, Panimalar Engineering College
	Bhavana vivek patole PhD, Elphinstone college mumbai-32	S.KANNAN Ph.D , Annamalai University
	Awadhesh Kumar Shirotriya Secretary, Play India Play (Trust), Meerut (U.P.)	Kanwar Dinesh Singh Dept.English, Government Postgraduate College , solan

More.....



ANÁLISE DA OBRA A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO E SUA RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO



Francisca Silva e Silva¹, Consuelem da Silva Sarmiento² and Hellen Cris de Almeida Rodrigues³

¹Licenciada em Pedagógica pela Faculdade Atual da Amazônia (2011). Possui Especialização em Organização Pedagógica da Escola: Supervisão Escolar (UNINTER). Matriculada no Mestrado Acadêmico em Educação de Mestrado em Educação promovido pela Universidade Estadual de Roraima – UERR, em parceria com o Instituto Federal de Roraima – IFRR, desenvolvido na Linha de Pesquisa 2- Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade.

²Licenciada em Pedagógica pela Universidade Federal de Roraima (2014). Matriculada no Mestrado Acadêmico em Educação de Mestrado em Educação promovido pela Universidade Estadual de Roraima – UERR, em parceria com o Instituto Federal de Roraima – IFRR, desenvolvido na Linha de Pesquisa 2- Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade.

³Licenciada em Pedagógica pela Universidade Federal de Roraima (2014). Matriculada no Mestrado Acadêmico em Educação de Mestrado em Educação promovido pela Universidade Estadual de Roraima – UERR, em parceria com o Instituto Federal de Roraima – IFRR, desenvolvido na Linha de Pesquisa 2- Educação do Campo, Educação Indígena e Interculturalidade.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir a respeito da obra *A Pedagogia do Oprimido* e sua relação com a Educação do Campo. Deste modo, os processos educacionais apresentados pelo teórico Paulo Freire servem de base para a compreensão da realidade vivenciada pela Educação do Campo no tempo contemporâneo. A crítica feita por Freire discute os processos de dominação impostos por uma sociedade ideológica e opressora, na qual a problematização reflete o trabalho pedagógico que corrobora para a pluralidade de conhecimento. Partindo dessa conjectura que a gênese da Educação do Campo emerge da luta dos Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais, bem como da sociedade organizada do campo e de professores evidenciado em um contexto político e social, da década de 1990, associado à necessidade de reforma agrária e implantação de Escola do Campo, que atenda as especificidades dos sujeitos que trabalham e vivem no campo.

PALAVRAS-CHAVE: A Pedagogia do Oprimido. Educação do Campo. Ideologia.

1. INTRODUÇÃO

A análise da obra *A Pedagogia do Oprimido*, possibilita refletir sobre suas contribuições na emancipação do homem do campo, enquanto sujeito pensante, cujo pensamento epistemológico norteia a superação dos

processos ideológicos impostos pela classe dominante.

Este trabalho é de cunho bibliográfico com base na obra A Pedagogia do Oprimido e sua relação com a Educação do Campo. Dessa forma, corroboramos para a reflexão a respeito dos processos ideológicos e a construção do conhecimento do processo educacional da Educação do Campo.

No livro A Pedagogia do Oprimido, o teórico Paulo Freire evidencia os pressupostos de uma educação que premeia a constituição de conhecimentos, na qual o trabalho pedagógico pressupõe a construção coletiva pelo diálogo e na emancipação da razão do sujeito. Nessa perspectiva é promovido o debate pelo qual, o homem ao sair da condição de oprimido torna-se sujeito emancipado do próprio meio social.

Igualmente, a educação é o instrumento de transformação social, que por meio da pluralidade de saberes contribui no desenvolvimento de práticas pedagógicas, através do processo de ensino-aprendizagem, em que o sujeito possa pensar o mundo e as problemáticas sociais através do debate epistemológico.

A episteme do processo educacional nos ajuda a pensar o contexto social, bem como a ação dialética sobre o conhecimento científico, decorrente da superação das barreiras da alienação, na busca por uma verdade que permita compreender os processos ideológicos impostos pela sociedade de classe.

Nesse contexto político voltado à educação ideológica, constitui-se como objeto de opressão impossibilitando o surgimento do pensamento crítico.

Os argumentos de Freire, analisam a educação voltada para manutenção do processo de opressão. De tal modo, que a crítica sobre a sociedade opressora, e a luta a favor dos oprimidos para libertarem-se da opressão para que sejam edificadores do conhecimento que lhes permitirão interpretar o mundo e superar a condição como oprimidos.

Consoante a essa reflexão, este trabalho se propõe a realizar um estudo sobre os processos pedagógicos no campo da educação, discutidos na obra A Pedagogia do Oprimido e sua relação com a Educação do Campo, cuja classe dominante intenciona a alienação do homem e o esvaziamento da educação.

2 PRINCÍPIOS NORTEADORES DO PENSAMENTO FREIRIANO NA OBRA A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO

Na obra A Pedagogia do Oprimido, é apontado o trabalho pedagógico, instrumento que deve possibilitar repensar a práxis por meio da ação-reflexão-ação, como processo essencial de transformação social vivenciada pelos discentes, em uma relação direta com a construção de novos conhecimentos.

Dessa forma, a escola deve concretizar-se como espaço de articulação de diálogo e de trabalho coletivo, para a produção de saberes que favoreça o desenvolvimento do ensino de qualidade. Deste modo, a educação quando é promovida enquanto instrumento que homogeneiza a aprendizagem, consolida os processos ideológicos que alienam a sociedade.

Nesse sentido, Paulo Freire na obra A Pedagogia do Oprimido, reflete que o homem vive uma realidade acrítica, não compreendendo as contradições existentes no meio social, cuja conjectura política e social da educação não estabelece relação entre teoria e prática, assim, as relações sociais são de opressão ao sujeito que estabelece uma relação passiva na sociedade.

Assim, os argumentos levantam a crítica a respeito do trabalho pedagógico, no qual é necessário repensar o papel da educação, visando a eliminação das relações de exclusão social. Deste modo, é fundamental pensar a relação crítica em que os opressores desumanizam os oprimidos, com isso, é necessário uma práxis que supere as contradições, conforme descrito por Paulo Freire:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que têm sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que a desumanização é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é porém, destino dado, mas resultado de uma “ordem” injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos (FREIRE, 1987, p. 16).

Essa conjuntura de desumanização, coisifica o homem, com isso, o resgate da sua humanização parte da

superada a alienação, sendo uma ação social é política da educação, que não deve ocorrer isoladamente da relação escola e comunidade.

Nesse contexto, o papel da escola é possibilitar aos discentes discutir sobre o papel transformador da educação, conscientizando-os que por meio da educação é possível transformar sua realidade. Freire (1987) discute que quando o oprimido lutar contra a opressão, e buscar recuperar a humanização, essa relação será ativa, considerando que os oprimidos devem criar a humanização.

O processo de luta contra o estado de opressão surge, do homem enquanto ser social, pois este, amplia a dialética. Nessa perspectiva, Freire argumenta que:

Os oprimidos, que introjetam a "sombra" dos opressores e seguem suas pautas, temem a liberdade, a medida em que esta, implicando na expulsão desta sombra, exigiria deles que "preenchessem" o "vazio" deixado pela expulsão, com outro "conteúdo" – o de sua autonomia. O de sua responsabilidade, sem o que não seriam livres. A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige uma permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Não é também a liberdade um ponto ideal, fora dos homens, ao qual inclusive eles se alienam. Não é ideia que se faça mito. É condição indispensável ao movimento de busca em que estão inscritos os homens como seres inconclusos (FREIRE, 1987, p. 18).

Dessa forma, o homem para sair desse processo de alienação, deve construir uma dialética, considerando os esforços dos opressores pela manutenção dessa realidade. À vista disso, a obra A Pedagogia do Oprimido, a busca pela conscientização da figura do professor como sujeito mediador, transformar a realidade educacional, logo, proporcionando aos discentes compreender, o objetivo da educação, é enquanto instrumento transformador da realidade. Nesse sentido, Freire discute que a educação não deve ocorrer de forma vertical, onde o conhecimento pressupõe apenas numa via de mão de mão única.

Esse processo de reflexão perpassa pelo universo da razão da reflexão é possível pensar e repensar as relações de opressão existente. Tendo em vista que, os homens também são produtores desta realidade, assim, a práxis, deve volta-se sobre a realidade para transformação do meio que oprimi, surge como tarefa conjunta de todos os homens, quando empenhados para superar a opressão buscam na luta a própria libertação, e a restauração da humanidade.

Os argumentos apresentados por Freire (1987) conduzem a discussão de que os oprimidos, ao saírem dessa condição, podem libertar também os sujeitos que os oprimem. Consequentemente, os opressores deixariam de existir, com isso, ambos estariam livres. No decorrer da obra A Pedagogia do Oprimido, é elencando a educação bancária, como um meio de opressão pela sociedade que manipula os oprimidos como marionetes, depositando conhecimentos de forma inerte na sociedade, sem que haja debates e contraposições sobre realidade.

A educação bancária objetiva a manutenção da opressão imposta ao discente que absorve de forma mecânica as informações, isto é, temos o processo de memorização do conhecimento, assim, o discente não participa ativamente da aprendizagem, tornar-se submisso as ações de uma sociedade opressora.

Freire (1987) na obra A Pedagogia do Oprimido, busca se constituir libertar os oprimidos, ao superarem a educação bancária que se perpetua, em contraposição a essa realidade, Freire apresenta o conceito de educação problematizadora, na qual propõe a dialética do pensamento que seja capaz de levar o homem a ver conscientemente o mundo.

Nesses termos, o conceito de educação problematizadora, se direciona as práticas educativas que possibilita a desconstrução do trabalho pedagógico conexa com a realidade, por meio do ensino e aprendizagem, cujo trabalho é realizado a partir das vivências dos estudantes, tendo em vista a produção do conhecimento, Freire preconiza:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir "conhecimentos" e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação "bancária", mas um ato cognoscente. Como situação gnosiológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente de um sujeito, é o mediatizador de sujeitos cognoscentes, educador, de um lado, educandos, de outro, a educação problematizadora coloca, desde logo, a exigência da superação da contradição

educador-educandos. Sem esta, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível (FREIRE, 1987, p.39).

Nesse sentido, a educação libertadora é uma prática que viabiliza novos saberes e práticas pedagógicas, até então oprimidas por uma cultura ideologicamente superior que desvirtua o trabalho pedagógico que instigasse e problematizasse a própria realidade. Nesse viés, a luz da obra *A Pedagogia do Oprimido*, é possível pensar o trabalho pedagógico, no qual professores e discentes, ao estabelecer por meio do diálogo crítico a construção de conhecimento, oportuniza a formação dialética do ensino e aprendizagem.

A este debate, Freire argumenta pela consciência crítica, os sujeitos podem transformar sua práxis, ou seja, refletir a respeito de sua realidade.

Dessa forma, a educação como prática de liberdade, promove dialética capaz de viabilizar ao homem superar a condição de oprimido.

Deste modo, o educador no processo de ensino deve ser um sujeito ativo, cuja relação pedagógica tenha como foco, o trabalhar nas especificidades do discente, com a finalidade de promover a valorização dos saberes para a produção do conhecimento científico.

Sendo assim, a relação dialógica entre docente e discente são fundamentais no processo pedagógico, visando a troca experiencial e vivencial que são essenciais na organização de práticas pedagógicas, para a produção dos temas geradores que nortearam o trabalho em sala de aula.

De igual modo, o ambiente escolar de promover o discurso crítico da educação, na qual visa a consolidação de discentes autônomo, pensante e atuante na sociedade, precisa, por meio do trabalho pedagógico, desenvolver estratégia de participação coletiva na qual o educador reflita sobre sua práxis, e crie em conjunto com a comunidade acadêmica um ambiente democrático em que todos tenham voz e possam construir e reconstruir novos conhecimentos.

Diante disso, para que as ações docentes no espaço escolar sejam significativas, a relação teoria e prática de se efetivar, em que o trabalho pedagógico será mediado pela aprendizagem. Essa realidade formará discentes sujeitos da própria realidade, buscando mudanças significativas da sociedade. Logo, o processo reflexivo possibilita uma reflexão sobre o fazer pedagógico intencional, com base em teorias críticas, que o professor possibilite (re) pensar e problematizar o processo de ensino e aprendizagem.

Por fim, o trabalho de Paulo Freire na obra *A Pedagogia do Oprimido*, é de fundamental importância para o meio acadêmico, pois proporciona ao docente e discente pensar a respeito da própria realidade, buscando compreender as problemáticas sociais. De igual modo, o trabalho pedagógico quando articulado contribuirá para superação do estado de opressão.

3. A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO: CONTRIBUIÇÕES PARA SE PENSAR EDUCAÇÃO DO CAMPO

As contribuições de Paulo Freire na obra *A Pedagogia do Oprimido*, são essenciais para pensarmos a Educação do Campo, considerando que o modelo destinado a essas populações, não contemplava suas especificidades, essa realidade, nos possibilita perceber que quando disponibilizado o acesso a educação as condições do ensino eram precárias, e acabava excluindo esses sujeitos da educação de qualidade. Desse modo, a população do campo estabelecia uma relação de exploração com a classe opressora vislumbrando a manutenção da consciência desses sujeitos.

Deste modo, a Educação do Campo tem sua origem pela organização dos Movimentos Sociais de Trabalhadores Rurais, e conjunto com sociedade organizada, movimento dos Sem Terras, como pelo conjunto de professores, que lutam pela superação da condição de opressão, imposto por um contexto de políticas públicas na década de 1990, elencado em trabalho conjunto de combate a implantação de escolas do campo, que atenda as especificidades do homem do campo, bem como da necessidade de políticas agrárias, que possibilite a permanência dessas populações de viverem dignamente no campo.

Segundo Arroyo et al. (2009), a garantia dos direitos a população do campo, se contrapõe a política estatal de abandono. Dessa forma, a temática tem grande relevância social no meio acadêmico, vindo a possuir uma visibilidade, sobre tudo na I Conferência Nacional Por uma Educação Básica do Campo, em 1998, e II Conferência Nacional voltada 'Por uma Educação do Campo', em 2004. Em que esses eventos são os propulsores,

para as discussões de ações e políticas públicas que atendam as demandas das populações camponesas.

A Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, é o marco normativo que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo, no qual reconhece um projeto-pedagógico de escola que respeite a identidade das populações do campo, corroborando para o desenvolvimento de práticas pedagógicas, que proporcionem aos discentes ampliação e construção de saberes significativos por meio de uma educação de qualidade.

Dessa forma, a Educação do Campo no respeito as especificidade das populações do campo, deve resgatar o universo sociocultural, corroborando para a emancipação dos sujeitos do campo e construção de práticas pedagógicas voltadas para o diálogo que trazem a episteme do processo educacional que os ajuda a pensar a própria realidade.

Por conseguinte, o paradigma da educação do campo se contrapõe, ao modelo de precarização do sistema educacional brasileiro, sobre tudo da educação no meio rural, cujas políticas sociais visam a alienação dos sujeitos do campo. No que tange ao paradigma do campo Molina e Jesus (2004, p. 76) pressupõem:

A Educação do Campo constitui, a nosso ver, um novo paradigma para a elaboração das políticas públicas, que necessariamente traz em seu bojo a reflexão simultânea sobre diferentes campos científicos: a Educação, a Sociologia, a Economia, a Agronomia, a Política, a História, a Filosofia. É por isso que acreditamos que a Educação do Campo se constitui numa área transdisciplinar, e se afirma como um novo campo de produção do conhecimento.

Nessa perspectiva, a Educação do campo, implica uma educação diferenciada pautada, em uma epistemologia de formação de cidadãos do campo, que compreendam e lutem contra os processos ideológicos impostos por uma sociedade opressora.

Ghedin (2012, p.67) ao discutir sobre a ideologia imposta na sociedade dominante, destaca que:

A grande arma da ideologia como instrumento teórico de justificação de uma prática de dominação e que ela atua ao nível da consciência do indivíduo, transformando-se em um credo em uma forma dogma que impermeabiliza a possibilidade de uma penetração de novas ideias e leituras que permitam a construção do fazer pedagógico.

Deste ponto de vista, a Educação do Campo, promove um debate, que se amplia nos últimos anos no meio acadêmico, em que é necessária a efetivação de políticas públicas na garantia ao direito ao ensino de qualidade, promovendo a superação das desigualdades sociais.

Höfling (2001) enfatiza que as Políticas Sociais objetivam o Estado desenvolver ações por meio diferentes organismos visando a proteção social da população, em que todos tem acesso a saúde, educação, seguranças, ou seja, aos direitos fundamentais que garantem a manutenção da vida em sociedade. Assim, observamos que os sujeitos do campo encontram-se a em muitos casos a margem da sociedade, sem a proteção e acesso aos serviços básicos, com isso, as políticas sociais poucos ou nunca se efetivam para a população do campo.

Nessa direção se compartilha as ideias de Arroyo (2011) de que a Educação do Campo deve garantir a população do campo participar de discussões de políticas públicas, que consolidem os direitos ao acesso aos direitos sociais, a fim de rompermos com a subordinação do modelo capitalista de sociedade que explora as classes trabalhadoras.

Para Caldart, Cerioli e Fernandes (2009, p. 25), temos que ter em mente que ao tratar da Educação do Campo:

Estamos tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural.

Diante do exposto, a Educação do Campo, surge para garantir um projeto de educação que valorize as identidades das populações do campo, e a criação de práticas educativas que contemplem especificidades dos discentes, visando sobre tudo, que o Estado cumpra a obrigação de efetivar o direito a dignidade da pessoa humana.

Podemos destacar que a Educação, por meio da promulgação da Constituição Federal em 1988, em seu

artigo 6º, garante o acesso aos direitos sociais:

A educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Ao analisarmos o direito a educação, disposto rol de direitos sociais, cabe pontuar que é conhecido a todos os cidadãos, viverem com sua própria organização social, tradições, seus valores simbólicos, conhecimentos e processos de constituição de saberes da cultura. Por isso o modelo de Educação do Campo almejado, é um instrumento social e político para a afirmação das identidades das escolas do campo, a valorização dos saberes, os conhecimentos dos povos indígenas, a recuperação das memórias históricas, e revitalizada do sentido entre escola/sociedade/identidade, cujos anseios educacionais de ser constituído por cada comunidade camponesa.

À luz da Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - Lei nº 9.394/96), dispõe no artigo 28, sobre da Educação Rural, que afirma:

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Parágrafo único. O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

Em síntese, LDBEN, não trata especificamente da Educação do Campo, com destaque somente para a Educação Rural, cuja política não reconhecia que a vida do campo possuía características particulares, as quais podiam variar de região, sendo assim, bem como não permitiu as adaptações necessárias para adequar o ensino as especificidades dos sujeitos do campo.

Portando, a escola do campo deve voltar-se para as lutas em busca da transformação social e promover a construção do saber como instrumento ao conhecimento científico e cultural, como também adotar metodologias que contribuam para a formação de uma escola democrática que esteja a serviço da formação da população que vivem no campo, crítico e participativo e que possa buscar a transformação das relações sociais enraizadas na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra A Pedagogia do Oprimido, em síntese possibilita perceber que a dinâmica educacional existente ao longo dos anos pouco se modificou, considerando as problemáticas existentes que se baseiam no discurso ideológico que perpetuassem durante décadas.

As reflexões de Paulo Freire corrobora na análise da ressignificação do trabalho pedagógico, ao entendermos a realidade e compreendermos as relações sociais. Tendo em vista que são muitos os desafios para a efetivação de uma educação de qualidade que respeite as especificidades das populações do campo.

Finalmente, podemos afirmar que a Educação do Campo à luz da Pedagogia do Oprimido, surge como desafios para superarmos ideologias, por isso, o trabalho pedagógico, requer a formulação crítica que reconheça e valorize os processos de aprendizagem, para a formação de alunos críticos capazes de compreender e transformar o meio social.

REFERÊNCIAS

1. ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salette; MOLINA, Mônica Castagna. Por uma educação do campo. 4. ed. - Petrópolis. RJ: Vozes, 2009.
2. ARROYO, Miguel Gonzalez. Currículo, território em disputa. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

3. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94. _ Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2008.
4. _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei n. 9.394/96. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/diretrizes.pdf> >. Acesso em: 17 de julho 2017.
5. _____. Resolução CNE/CEB n. 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf> >. Acesso em: 9 de abril 2016.
6. FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
7. GHEDIN, Evandro. A despolitização operada e a contra-hegemonia construída pela escola do campo. In. GHEDIN, Evandro. (Org.). Educação do campo: Epistemologia e Práticas. São Paulo: Editora Cortez, 2012.
8. HÖFLING, E. M. Estado e Políticas (Públicas) Sociais. Revista Cadernos CEDES. Campinas: UNICAMP, n. 55, p. 30-41, 2001.
9. MOLINA, Mônica Castagna. JESUS, Sônia Meire Azevedo de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

Publish Research Article

International Level Multidisciplinary Research Journal

For All Subjects

Dear Sir/Mam,

We invite unpublished Research Paper, Summary of Research Project, Theses, Books and Books Review for publication, you will be pleased to know that our journals are

Associated and Indexed, India

- * Directory Of Research Journal Indexing
- * International Scientific Journal Consortium Scientific
- * OPEN J-GATE

Associated and Indexed, USA

- DOAJ
- EBSCO
- Crossref DOI
- Index Copernicus
- Publication Index
- Academic Journal Database
- Contemporary Research Index
- Academic Paper Database
- Digital Journals Database
- Current Index to Scholarly Journals
- Elite Scientific Journal Archive
- Directory Of Academic Resources
- Scholar Journal Index
- Recent Science Index
- Scientific Resources Database

Review Of Research Journal
258/34 Raviwar Peth Solapur-413005, Maharashtra
Contact-9595359435
E-Mail-ayisrj@yahoo.in/ayisrj2011@gmail.com
Website : <http://oldror.lbp.world/>